TURISMO E INTEGRAÇÃO REGIONAL: O CASO DO MERCOSUL

Danielli Cogno Argondizzo

Maurício Mateus Gomes

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo investigar, analisar e apresentar o fluxo turístico, a partir da construção do principal acordo internacional entre alguns países da América do Sul, o chamado MERCOSUL, sendo que o mesmo desde o seu início foi tratado como mercado comum, e ainda não chegou de fato a ser uma união aduaneira, porém com pretensão de facilitar a relação social, cultural, artística e, principalmente, econômica entre os signatários, com mecanismos que facilitassem o movimento de mercadorias e pessoas no bloco e dessa forma provocar-se-ia também um maior fluxo turístico. O estudo é baseado em uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, envolvendo ampla pesquisa bibliográfica e documental. Este trabalho enfoca temas que provocam o entrave das relações entre os países membros do bloco, por outro lado, enfatiza as possibilidades e necessidades da integração.

Palavras-chave: Turismo; MERCOSUL; Integração; Relações Internacionais.

ABSTRACT: This article aims to investigate, analyze and present the tourist flow the construction of the main international agreement among some countries of South America, called MERCOSUR, while the same since its inception was treated as a common market, and has not yet reached the fact to be a customs union, but with intention to facilitate social, cultural, artistic, and especially economic relationship between the parties, with mechanisms that facilitate the movement os people and goods in the block and thus would cause also a tourist flow. The study is based on a qualitative exploratory research, involving extensive bibliographic and documentary research. This word focuses on issues that raise the barrier of relations between the bloc´s member countries, on the other hand, emphasizes the possibilities and needs of integration.

Keywords: Tourism; MERCOSUR; Integration; International Relations.

INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX os países vêm sofrendo grandes transformações, nas quais os Estados buscam integrar-se em blocos para facilitar e

melhorar a inserção na economia mundial. Para tanto, a partir da década de 90, houve um significativo aumento no número de novos acordos comerciais.

Neste cenário mundial surge a integração do bloco do Cone Sul, o qual foi firmado em 26 de março de 1991 – o chamado MERCOSUL – entre os países Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com pretensão de facilitar a relação social, cultural, artística e, principalmente, econômica. Entre os principais fatores que levam a composição e o fortalecimento do acordo internacional é, evidentemente, o crescimento econômico dos participantes, ou seja, inserir de forma mais competitiva a economia desses quatro países no mercado internacional, aumentar a produtividade e tornar a região mais atraente para investidores privados.

A globalização vem para transformar e modificar o tradicional conceito de turismo, onde os avanços tecnológicos e o despertar dos países em função de uma nova ordem mundial refletem diretamente nas atividades turísticas, que surgem como alternativas viáveis para superar os limites e fragilidades dos Estados, principalmente no que tange a soberania dos mesmos.

Nesta percepção, o objetivo do presente trabalho consiste na elaboração de uma pesquisa de estudo visando investigar, analisar e apresentar os avanços ou estagnações referentes ao turismo gerados a partir do principal acordo internacional entre os países da América do Sul.

As fronteiras tradicionalmente são vistas como separação, ou melhor, como limites. Portanto, com a globalização essa teoria foi sendo “desarmada” e os países observam mais subjetivamente um melhor desenvolvimento e crescimento – principalmente econômico – se articulados e instituídos em blocos para uma melhor sobrevivência e consolidação política e econômica.

Foi nesta intenção de Estado que foi criado o MERCOSUL, com o intuito de “desarmar” as fronteiras, diminuir as distâncias e facilitar as trocas.

A presente pesquisa propõe iniciar uma reflexão conceitual sobre o MERCOSUL e sua percepção sobre as atividades turísticas nos países do bloco, pois o turismo é a atividade do setor terciário que mais cresce no mundo, movimentando a economia mundial de forma direta e indireta. Assim, torna-se importante examinar as políticas governamentais que visam promover o desenvolvimento das atividades turísticas na região. Deste modo, o objetivo do

trabalho consiste em analisar a importância do MERCOSUL na construção de políticas públicas de desenvolvimento, a qual se apoia nas ações de desenvolvimento econômico regional.

Os objetivos específicos são: traçar um panorama histórico-político sobre a conjuntura do MERCOSUL, analisando se existem ações ou políticas voltadas para o desenvolvimento turístico na região do bloco, observando o grau de crescimento econômico, cultural e social entre os países; observar de que maneira o fomento da atividade turística pode se encaixar dentre os principais pontos da política externa em função da economia regional, além de gerar um estuda capaz de proporcionar um melhor entendimento da real situação dos países, construindo uma visão acerca do atual modelo de integração regional.

Este artigo justifica-se pelo fato de ser crucial a um profissional de turismo entender o mundo que o cerca e, principalmente, as transformações geopolíticas que o mundo vem sofrendo ao longo dos anos, portanto, esta intimamente relacionada às mudanças ocasionadas no universo do turismo. Então, para compreender a globalização e os avanços que acontecem é imprescindível conhecer a nova configuração mundial e o papel dos Estados e dos organismos de integração regional nesse novo cenário.

Outro fator para a elaboração de uma pesquisa focada no turismo dentro do MERCOSUL, é o fato de que a união entre os Estados proporciona uma influência internacional mais intensa, onde o tema turismo pode surgir como elemento de integração e fonte de importantes recursos econômicos para cada um dos países, no qual a divulgação e a consolidação como destino turístico é mais facilitada e a integração ocasiona um crescimento econômico simultâneo entre os signatários do bloco.

METODOLOGIA

A pesquisa compreende a trajetória do processo histórico do principal acordo internacional da América do Sul, direcionado a uma investigação sistemática a cerca de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo na região que inclui os países pertencentes ao MERCOSUL. Portanto, em relação ao recorte da pesquisa,

será elaborado a partir de um recorte temático, no qual o alvo será a resolução do problema e a realização dos objetivos da mesma.

A presente pesquisa é de caráter exploratório, envolvendo ampla pesquisa bibliográfica e, do mesmo modo, a análise documental também a caracteriza como descritiva (GIL, 2007). A base documental, utiliza-se de fonte primária sendo esta composta por documentos encontrados nos portais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE ou Itamaraty), Organização Mundial do Turismo (OMT), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), Câmara de Deputados e revisão da literatura. Além de fontes secundárias, tais como, revistas científicas, artigos, teses e dissertações com relevância temática.

De acordo com Fonseca (2002, p.32), a pesquisa documental é semelhante com a pesquisa bibliográfica, podendo até mesmo serem confundidas. A pesquisa bibliográfica baseia-se em fontes compostas por materiais já publicados, compreendido basicamente por livros e artigos científicos situados em acervos bibliográficos. Já, a pesquisa documental é baseia-se na investigação a fontes mais diversas e dispersas, sem tratamento analítico, como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, entre outros.

Conforme Godoy (1995, p.62) que descreve a pesquisa qualitativa como sendo um enfoque indutivo na análise de seus dados, o pesquisador parte de aspectos amplos e, na medida em que a pesquisa evolui o estudo é direcionado.

A revisão bibliográfica foi utilizada, principalmente, para sustentar fundamentos teóricos do trabalho, onde foram estabelecidos conceitos e concepções referentes aos temas compreendidos na pesquisa, tais como: turismo internacional, turismo e relações internacionais, com ênfase na questão de integração regional.

TURISMO E GLOBALIZAÇÃO

O fenômeno turístico moderno esta atualmente envolvido nas pautas governamentais, acadêmicas e mercadológicas, caracterizado por dois fatores: a ascensão da ideologia do tempo livre e a ascensão da concepção mercantil do turismo moldados pelas empresas turísticas que organizam os espaços de consumo

para promovê-lo. FORTUNA (1995 apud Soares, 2007, p.64). Desta forma, o turismo associado a globalização revela implicações na sociedade contemporânea, o aumento do fluxo turístico internacional reflete na queda das fronteiras, principalmente cultural, onde o contato do visitante com a comunidade local provoca uma revelação mais direta e consequentemente, implica na abertura de mercados e na importância de tecnologia da informação e meios de transportes, acarretando no desenvolvimento do setor turístico.

O turismo globalizado surgiu como fonte de crescimento, fortalecendo a competitividade entre destinos turísticos e consequentemente, estimulando a diversificação dos mesmos, porém, as oportunidades de crescimento econômico somente tem validade caso ocorrer uma inclusão social, portanto o turismo, como atividade econômica, tem como alternativas relevantes de expansão socioeconômicas.

De acordo com Beni (2003, p.14), a globalização é um processo irreversível, apresentando regras tanto positivas quanto negativas. Nos países, e principalmente nos subdesenvolvidos, a globalização é ressaltada como oportunidade de interação e integração, e o setor turístico ganha espaço correspondente aos aspectos positivos, uma vez que quebra as barreiras, onde a abertura das fronteiras provocam o aumento de viagens internacionais, pelo fato de que a distância é cada vez menor e o tempo é mais aproveitado pelos turistas.

O turismo no processo da globalização é influenciado de maneira cada vez mais próxima, onde a tecnologia está eliminando as fronteiras, porém esta evolução não deve permitir que a sociedade perca sua identidade, sua língua, sua cultura, o caminho deve ser harmonioso, amenizando os entraves e maximizando as oportunidades.

A globalização propiciou a abertura de mercados e a criação de ferramentas para que as empresas de países ricos dominassem mercados menos industrializados, é desta forma que as integrações regionais surgem, com o intuito de criar alternativas de inserção e competitividade no mercado internacional.

O TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA

Ao longo de seu processo histórico, a definição de turismo foi alterada inúmeras vezes devido ao fato da mudança de momentos políticos e econômicos provocarem transformações em seu desenvolvimento; alguns propiciaram um significativo progresso, já em outros, estagnações. O turismo é uma atividade socioeconômica, com características multidisciplinares, que abrange setores econômicos e diversas áreas acadêmicas. Por este motivo pode ser estudado por diferentes óticas, devido à interação complexa entre os elementos que o constituem.

O conceito com maior consistência neste estudo é de McIntosh, Goeldner e Ritchie (2000) que definem turismo sendo a "soma dos fenômenos e relações que surgem da interação de turistas, empresas prestadoras de serviços, governos e comunidades receptivas no processo de atrair e alojar estes visitantes".

O turismo é uma atividade de grande importância no desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades, desta forma IGNARRA (2003, p.78) cita alguns benefícios do turismo, dentre eles estão a geração de emprego e renda, o rompimento das barreiras de língua, classe, raça, credo religioso e políticos, a criação de infraestrutura, contribuição para a diversificação da economia, melhores condições de vida da população local, efeito multiplicador, aumento da arrecadação de impostos, favorecimento do entendimento e a paz mundial.

Por outro lado, o turismo pode acarretar efeitos negativos, caso seu crescimento ocorra de forma não planejada, nesse caso o autor cita como exemplo provocar dificuldades sazonais, colaborar para a instabilidade econômica, gerar conflitos com a comunidade local, originar problemas sociais, degradar o ambiente natural e cultural, aumentar os índices de criminalidade, entre outros.

Lage (2009, p.128) cita alguns impactos positivos que a atividade turística provoca sobre a economia de um país: aumento de renda do lugar visitado via entrada de indivíduos, estímulo de investimento e geração de emprego, redistribuição de riquezas e, por último, o efeito multiplicador. Por outro lado a atividade turística pode causar impactos contrários, ou seja, negativos; a exemplo disso tem-se a pressão inflacionária, extrema dependência da economia em relação ao turismo, os custos sociais e ambientais.

APROXIMAÇÃO ENTRE TURISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A expectativa de futuro do turismo mundial, abrangendo a sua parcela para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, é cada vez mais notável. Há uma dimensão significativa de procura, incentivada pelo aumento do rendimento acessível, das motivações para viajar, do crescimento de mercados emergentes seguido pelo crescimento de mercados tradicionais, das alterações demográficas, sociais, tecnológicas e da diversidade de destinos (OMT, 2008).

O turismo vem ganhando cada vez mais destaque no mundo, devido suas expressivas taxas de crescimento, já que a atividade turística é um dos setores de serviços que proporciona um grande retorno de empregos, renda e investimentos. A Organização Mundial do Turismo (OMT), órgão responsável pelas políticas de turismo, apresentam estatísticas que revelam o crescimento de fluxo internacional de turistas.

A OMT define turismo internacional como sendo uma atividade em que o viajante necessariamente cruza as fronteiras internacionais. Ainda, segundo a OMT (2001), a evolução do turismo internacional registrou um crescimento quase ininterrupto ao longo do tempo, alternando em períodos de oscilações econômicas, moderando seu crescimento em períodos de recessão e recuperando rapidamente seu elevado ritmo e crescimento após os períodos de crise econômica.

Segundo SEITENFUS (2004, p.73) o Estado desempenha três funções a necessidades contemporâneas: a primeira é de “repartidor de espaços”, onde os espaços somente adquirem sentido através dos Estados; a segunda, equivale ao “Estado-instrumento”, em que tenta adaptar as sociedades ao ambiente em constante evolução; e por último a obrigação de garantir segurança para seus cidadãos, pois, afinal, “o Estado é o ator proeminente na política mundial, e as Relações Internacionais são, principalmente, as interações entre Estados” (JACKSON, SORENSEN, 2003).

Desta maneira, Seitenfus (2004, p.2) define as Relações Internacionais

> como conjunto de contatos que se estabelecem através das fronteiras nacionais entre grupos socialmente organizados. As relações internacionais surgem quando dois ou mais grupos socialmente organizados intercambiam

> bens, ideias,valores e pessoas, tanto num contexto juridicamente definido quanto de maneira circunstancial e pragmática.

A partir desse pressuposto, considera-se pertinente concordar com Hissa (2013, p.1), quando afirma que

> A integração regional é uma alternativa viável para superar os obstáculos e fragilidades dos Estados ocasionados pela globalização, que vale ressaltar mudou a ordem mundial em seus mais diversos aspectos, inclusive no que diz respeito à soberania dos Estados.

A princípio, as relações internacionais se estabeleceram com a intenção de harmonizar os países, para resolver problemas entre guerra e paz; atualmente, o rumo das relações internacionais como um todo procura solucionar questões referentes à economia, mercado de trabalho, regulamentação de posturas ambientais, regulamentação de posturas sociais de direitos humanos e, evidentemente, distensionar os conflitos.

Portanto, a fusão entre as ciências, Relações Internacionais e Turismo, tem como função equilibrar e aproximar os povos com a intenção de promover a atividade turística entre eles. Assim, a globalização e turismo se fundem pelo fato de ambas pertencerem as ciências sociais. Neste sentido, Barreto (2003, p.40) afirma que “o turismo é considerado hoje por muitos autores como um dos paradigmas da globalização, seria difícil que não houvesse uma grande influência recíproca entre as relações internacionais e o turismo”.

Com a globalização, foi necessária a integração regional para a inserção dos países no mercado internacional, desta forma, os Estados passaram a se organizar e estabelecer elos com o intuito de desenvolver um ambiente de tranquilidade, capaz de proporcionar segurança aos cidadãos de todo mundo. Com esta intenção foi criada a ONU no ano de 1945, cujo objetivo é facilitar a cooperação de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e, consequentemente, a paz mundial. Assim, a ONU, a Unesco, a OMC e a OMT são organizações internacionais que auxiliam na fixação e consolidação do direito internacional, o que influencia o turismo mundial, no que

tange a solidificação da regulamentação, demonstrando a relevância do direito como elemento planejador do turismo internacional. (BADARÓ, 2008, p.75)

O sistema internacional dos anos 1990 foi marcado basicamente pelo fim da Guerra Fria, com o fim dos regimes socialistas, a queda do Muro de Berlim (1989) e a desestruturação da União Soviética (1991), além da formação dos blocos econômicos e consequentemente o processo de globalização. Assim, essas mudanças provocaram alterações no cenário internacional, em que vários analistas denominaram de Nova Ordem Mundial. Essas mudanças históricas deixaram o antigo modelo internacional, na qual a ordem bipolar predominava no restante dos países. A nova ordem trouxe consigo características marcantes, com inovações na configuração mundial, passando de apenas dois países buscando hegemonia para, enfim, o surgimento de blocos econômicos para inserção e aproximação de países desenvolvidos, fato este que possibilitou a emergência de diversos Estados, marcando a difusão de poder.

No que diz respeito às necessidades de aproximação e integração regional, a América do sul buscou como alternativa de inserção na economia mundial a conexão entre os países vizinhos, em que as fragilidades econômicas se tornassem competitiva no novo contexto mundial.

Griffiths e Wiesebron (2008, p.93) relatam que a diplomacia brasileira tem como objetivo a integração regional com os Estados sul-americanos, buscando conservar e evoluir a integração no MERCOSUL.

Assim, conforme Badaró (2008, p. 90), a concepção de fronteira para alguns teóricos está baseada no

> aumento das facilidades nos procedimentos administrativos ao se cruzarem fronteiras, estabelecidos pelos Estados ou resultantes de acordos internacionais, tem o intuito de preservar a liberdade de viajar e estimular o maior número de pessoas ao turismo internacional. Acordos entre países visando harmonizar e simplificar tais procedimentos devem ser sempre encorajados. Impostos e encargos específicos que penalizem a indústria turística, contrários à competitividade, devem ser progressivamente reduzidos, quando não puderem ser eliminados.

Nesta perspectiva, cabe ao Estado o dever de harmonizar o ambiente para que o desenvolvimento possa trazer um retorno favorável à população, assim

Barretto (2003, p. 33), argumenta que no turismo, as políticas públicas devem desenvolver a atividade de forma equilibrada, onde o Estado deve planejar e controlar os investimentos, com o objetivo de construir uma infraestrutura básica urbana para a comunidade local, e consequentemente aos turistas.

O estudo entre turismo e relações internacionais busca compreender fenômenos que tornem mais simples e progressivo o desenvolvimento da atividade, devido ao fato desta possuir como base fundamental a interação e integração entre pessoas, deixando de lado as fronteiras territoriais, ideológicas e religiosas, buscando incluir técnicas para o afastamento do preconceito e da estagnação.

Existem diversos choques entre interesses público e turismo, devido a convergência de necessidades, embora estas necessitem uma da outra, muitas vezes entram em conflito. A falta de políticas coerentes prejudica o avanço do setor turístico, ocasionando disputa ou até mesmo falta de incentivo para a articulação do conjunto destes dois fatores essenciais, que só alcançam êxito se caminharem juntos e na mesma direção.

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL

O processo de integração dos países da América Latina tem início em 1948, onde criam a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), com o intuito de defesa de integração regional. Em 1956, a Cepal buscou a criação de um “mercado regional” sul-americano com a intenção de acelerar o processo de industrialização.

Em 18 de fevereiro de 1960, cria-se a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que estabeleceu uma zona de livre comércio para a circulação de bens pertencente à Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela; muito breve foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), através do Tratado de Montevidéu, o qual buscou alternativas de reestruturação dos objetivos de integração propostos pela anterior, mesmo assim não obteve resultado satisfatório e acabou fracassando, tal fato gerou incerteza na esperança de haver uma integração na América do Sul.

O fracasso das tentativas de integração entre a América Latina não se esgota em suas primeiras apostas, a necessidade de integração para competir com

o mercado internacional substituiu as anteriores (ALALC e ALADI), com o início de integração regional entre Brasil e Argentina, em 30 de novembro de 1985, ocasião em que firmam a mesma com a Declaração de Iguaçu, mas isso provocou alterações e adaptações nas bases do sistema. Para tanto, no ano seguinte é firmada a Ata para a Integração entre o Brasil e Argentina, onde José Sarney e Raul Alfonsín, presidentes em exercício do Brasil e Argentina, respectivamente, estabelecem o processo de integração e cooperação.

Em 1988, apenas dois anos após a assinatura da Ata de Buenos Aires, Brasil e Argentina firmaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento com o intuito de eliminar as barreiras alfandegárias, todavia, fica estabelecido um período de transição determinado de dez anos para a criação de um espaço econômico comum, ou seja, um mercado comum. Não muito distante, em julho de 1990 os países sentiram a necessidade de uma maior aproximação, então firmam a Ata de Buenos Aires, com o objetivo de acelerar o processo de integração, instituindo a criação de um mercado comum bilateral, com prazo previsto para implantação até 31 de dezembro de 1994.

O impacto da aceleração levou à adesão de novos parceiros à integração, inicialmente o Uruguai e, consequentemente, o Paraguai, enfim a integração econômica da América Latina aconteceu em 26 de março de 1991 com a assinatura dos presidentes e seus respectivos ministros de Relações Exteriores do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, na capital paraguaia, sendo chamado de Tratado de Assunção, onde este foi denominado de MERCOSUL.

No que diz respeito às origens do MERCOSUL, Faria (2004, p.126) aponta que

> Embora as iniciativas de integração latino-americana sejam quase tão antigas quanto a da União Europeia (a ALALC é de 1960, enquanto a Comunidade Econômica Europeia foi fundada em 1957), sua efetividade, no sentido de uma evolução do processo que tenha significado econômico e social, só veio a se materializar nos anos 90. (...) O movimento integracionista que formou o MERCOSUL resultou da iniciativa de aproximação argentina e brasileira de meados dos anos 80 e se concretizou em 1991, quando, com a adesão do Paraguai e do Uruguai, foi firmado o Tratado de Assunção.

O objetivo principal do MERCOSUL foi buscar uma integração mais competitiva das economias dos países pertencentes, com a intenção de consolidar setores econômicos e progresso científico e tecnológico, pois o mundo exige competidores aptos a uma concorrência mundial, porém os países da América Latina não estavam ao alcance do nível de desenvolvimento. A proposta foi de criar o bloco para que conseguisse entrar no mercado internacional de forma a conseguir se desenvolver como região, mas também particularmente os países tivessem a liberdade de crescimento individual.

Em dezembro de 1994, é estabelecido o Protocolo de Ouro Preto, o qual revoga as disposições do Tratado de Assunção, que define em seu art. 1º que a estrutura do MERCOSUL conta com seis órgãos: o CMC, o GMC, a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e a Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM), possibilitando ainda, a criação de órgãos para auxiliar os objetivos de integração entre ambos. Como cita no parágrafo único do art.1º, os órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental, são; o CMC, o GMC e a CCM.

Em 1995, se constitui a Rede Mercado Comum de Cidades (Mercocidades), devido ao interesse de inserção das cidades pertencentes ao MERCOSUL, com o compromisso de desenvolver e coordenar as temáticas de benefício comum, dando ênfase ao comércio exterior; ciência e tecnologia; cultura; turismo; gestão municipal e planejamento estratégico; planejamento urbano e ambiental; educação; saúde; legislação e política tributária municipal.(MERCOCIDADES, 2011).

Nesta perspectiva, a partir de janeiro de 1995, o MERCOSUL, constituiu uma agenda voltada para o aprofundamento e consolidação, pois já estava na condição de União Aduaneira.

Em relação à prática protecionista, a integração declina, pois o enfraquecimento do bloco é ocasionado pelo fato dos países pertencentes agirem individualmente, considerando primeiramente os interesses internos, desta forma os interesses do bloco acabam debilitando a intenção do grupo, ou seja, desviam do objetivo do Bloco, o que acarreta desconfiguração de proteção entre os Estados-Partes. Por outro lado, a formação de blocos econômicos foi adotada por diversos

grupos de países nos últimos tempos, com a intenção de favorecer os participantes de diferentes maneiras, como exemplo deste ganho, é devido o surgimento de um mercado maior, no qual a proteção entre os signatários torna-se ainda maior.

O MERCOSUL conta atualmente com Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e, mais recentemente com a Venezuela como países-membros. Equador, Chile, Colômbia, Peru, Bolívia são integrantes como membros associados, ou seja, participam das reuniões, mas não possuem poder de voto. No entanto, o Equador já manifestou sua intenção de se tornar um membro efetivo do bloco, porém sua legislação não o permite, contudo esta mudança deve ocorrer nos próximos anos. Além disso, o México participa apenas como membro observador, pelo fato de que para pertencer ao bloco é preciso estar associado à ALADI.

POLÍTICA DO MERCOSUL

O MERCOSUL criou órgãos necessários para a representação jurídica da instituição intergovernamental, coordenação política, normativa e resolução de conflitos entre os países pertencentes ao bloco. Conforme a necessidade, os órgãos são criados com finalidade de suprir a nova realidade. Inicialmente foram criados dois órgãos, o Conselho Mercado Comum (CMC) e o Grupo Mercado Comum (GMC), com a participação de representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, sendo este representado pela Comissão Parlamentar do MERCOSUL.

A política internacional é conduzida e discutida pelo Poder Executivo, por intervenção do presidente da República, sendo debatida amplamente dentro de cada país membro, isso leva à atual realidade do bloco.

O CMC é o órgão superior do MERCOSUL, responsável pelo controle político do órgão e tomada de decisões, por isso busca garantir o cumprimento dos objetivos e alcançar os prazos estabelecidos para a constituição definitiva do mercado comum. O Protocolo de Ouro Preto atribui novas funções ao CMC, dentre elas; zelar pelo cumprimento do tratado de Assunção, elaborar e promover ações necessárias à conformação do mercado comum, desenvolver a titularidade da personalidade jurídica do bloco e ainda negociar e firmar acordos em nome do MERCOSUL.

O GMC é coordenado pelo Ministério de Relações Exteriores, o qual possui a liberdade de aderir providências ao cumprimento das decisões tomadas pelo conselho, propondo medidas viáveis entre os países pertencentes como a terceiros, e também a alternativas que desempenhem avanços no amadurecimento e consolidação da integração.

ECONÔMICO

Uma integração econômica regional tem como perspectiva facilitar e aumentar o fluxo de bens e serviços e de capitais dentro da região, com o objetivo de provocar a estabilidade, a criação de empregos e, consequentemente, o crescimento econômico.

As fases de integração são distribuídas de acordo com o grau evolutivo de cada bloco regional, tendo com base seus interesses econômicos. As categorias de integração estão subdivididas na ordem crescente em relação ao progresso econômico almejado pelo bloco, sendo eles: Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e Monetária e Integração Econômica Total.

- Zona de Livre Comércio: é a primeira fase de integração econômica, é quando dois ou mais países optam pela eliminação de barreiras alfandegárias.
- União Aduaneira: quando dois ou mais países aprovam, além dos benefícios da área de livre comércio, a criação de uma Tarifa Externa Comum (TEC).
- Mercado Comum: quando dois ou mais países decidem, a partir da situação de uma união aduaneira, liberar o fluxo de mão-de-obra e capital.
- União Econômica e Monetária: quando dois ou mais países, a partir do estágio de Mercado Comum, optam pela criação de uma moeda comum, unificando as politicas externas e de defesa.
- Integração Econômica Total: é a fase mais avançada de integração regional, onde engloba as características anteriores, como também a unificação das politicas monetárias, fiscais e sociais.

O MERCOSUL não alcançou a integração aduaneira plena, visto que ainda está vigente entre os países do bloco a lista de exceção, lista esta que permite o protecionismo de alguns produtos e serviços gerados e produzidos pelos Estados membros.

Para que a integração do MERCOSUL alcance o Mercado Comum, cujos objetivos foram firmados no Tratado de Assunção é necessário que haja empenho dos países pertencentes, a fim de concretizar uma real união aduaneira, para a qual o bloco econômico ainda encontra-se em um estágio imperfeito.

CULTURAL E SOCIAL

A cultura se tornou objeto de discussão no MERCOSUL somente no final dos anos 90, porém de forma mais teórica do que prática. A falta de diplomacia cultural no bloco é um sinalizador da inexistência de atividades de promoção cultural direcionadas ao saber dos patrimônios culturais e as tradições de suas populações.

As diplomacias governamentais são omissas a questões importantes para integração regional, como por exemplo, a política, a cultura, a educação e as relações sociais.

No MERCOSUL as atividades culturais mais relevantes e com maior regularidade estão vinculadas com atores internacionais, sendo eles, artistas, intelectuais, professores, universitários, empresários e ONG´s, resultando em exposições, intercâmbio de alunos e docentes na região; portanto é visível que estas ações surgem das vontades pessoais ou profissionais, esporadicamente pelas políticas culturais externas dos Estados.

A diplomacia cultural dos países pertencentes ao bloco se dá a partir da perspectiva de inserir a população na troca cultural, com o objetivo de estabelecer uma identidade coletiva ocasionando um sentimento de pertencimento da região como um todo.

Questões sociais foram implantadas na agenda do MERCOSUL no fim da década de 1990, como parte estratégica de melhor inserção na competição da economia mundial. Porém, em âmbito social, as políticas surgiram de forma lenta e encabulada, em um ritmo contrário de questões como comercial e econômico, onde

os blocos regionais preocupam-se na evolução e melhor crescimento destes, porém geram reflexos no setor social especificamente na igualdade social da população.

Na tentativa de obter entornos sociais mais estáveis, o MERCOSUL, na medida de sua consolidação, partiu do pressuposto inicial de estratégia econômica, articulando o desenvolvimento da sociedade em si, buscando reduzir os riscos sociais, o que acarretaria uma menor fragilidade econômica dos estados-membros em relação à economia mundial.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Assim como diversos blocos econômicos, o MERCOSUL tem múltiplos desafios no processo de integração econômica. São incalculáveis as questões a serem solucionadas, as barreiras a serem vencidas e os grandes desafios a serem resolvidos.

O MERCOSUL, mesmo passando por dificuldades e em diversos momentos estagnações, é preciso entender o motivo pelo qual os países ainda continuam sua integração; compreender as assimetrias do bloco é essencial para, enfim, perceber tal motivação.

A grande dificuldade enfrentada pelo MERCOSUL está nas disparidades entre eles, refletidas em seus indicadores sócioeconômicos. O maior exemplo deste fenômeno é o caso do Brasil, que causa grande receio em seus parceiros, pelo fato de ter mais de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) do bloco, devido a sua amplitude territorial e demográfica, além de sua dimensão econômica e importância comercial.

As integrações nem sempre contribuem para o crescimento da qualidade de vida das populações envolvidas, os efeitos não são os mesmos para os diferentes países. Contudo, os Estados com maiores economias, tecnologia e diversidade produtiva, terão maiores resultados, deixando assim, incertezas referentes às alternativas de desenvolvimento das menores economias no que os economistas denominam de vantagens comparativas.

A assimetria existente no MERCOSUL é ainda expressivamente desproporcional, porque o Paraguai e o Uruguai possuem um baixo índice do peso no produto total, na formação do capital, no valor agregado industrial, nas

exportações, baixa contribuição tecnológica; características estas incomparáveis com a Argentina e, principalmente, com o Brasil, elementos como estes demonstram as desvantagens comparativas.

Os obstáculos para fortalecer o sistema da TEC deparam-se nas oscilações econômicas regionais, onde as diferenças macroeconômicas associadas às políticas de incentivos e promoção das exportações nos Estados mais desenvolvidos do bloco acentuam as dificuldades ocasionadas pela desigualdade dos níveis de competitividade.

As possibilidades para promover e buscar uma maior integração estão sendo analisadas e estudadas, como a formação de um Fundo Social, a criação do Fundo de Convergências Estrutural, que ligado ao Banco do MERCOSUL financiará projetos de infraestrutura para, enfim, diminuir e limitar as assimetrias entre os países pertencentes ao bloco. Porém, o desenvolvimento do mesmo se dará a partir do momento em que os países passarem a caminhar juntos; portanto, é imprescindível o apoio maior dos países mais desenvolvidos. É necessário o desejo político comum, que ultrapasse as iniciativas comerciais, principalmente englobando programas de apoio aos países mais debilitados do bloco, a fim de diminuir as desigualdades.

FLUXO DE TURISTAS NO MERCOSUL

O fluxo de turistas vindos de países pertencentes ao MERCOSUL no Brasil, no período compreendido entre 2003 e 2010 foi de aproximadamente 35%. No ano de 2010 este fluxo alcançou quase o 50% do total de turistas internacionais.

Ao analisar o fluxo do Uruguai percebeu-se que em 2009, 68% dos turistas foram oriundos do MERCOSUL, sendo que quase 55% destes são argentinos.

No Paraguai, os índices mostram que entre 2008 e 2012, 77% dos turistas foram oriundos do MERCOSUL. Os países da Argentina e Uruguai são os maiores emissores de turistas ao mesmo, com percentual de fluxo entre estes é de aproximadamente 75% do total de visitantes no país nestes anos.

Dos dados obtidos do fluxo de entrada de turistas na Argentina no ano de 2009, os oriundos de países do MERCOSUL representaram mais de 37% desse

total; já na saída de turistas argentinos, 55% tiveram como destino países do MERCOSUL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente as sociedades necessitam de integração, pois é o meio mais eficaz de inserção no mundo globalizado. É possível afirmar que a integração é algo fundamental e deve ser considerada para que todos os setores da região se desenvolvam.

Nas últimas décadas, as crises políticas e econômicas, como também as incertezas amedrontam os países da América Latina; entretanto, a cooperação e a integração impulsionam o crescimento econômico e social, além de facilitar a negociação e, consequentemente, a inserção na economia global.

Com a criação do MERCOSUL, os países membros obtiveram um significativo desenvolvimento comercial, porém este crescimento não superou suas disparidades, devido à falta de políticas públicas em busca de uma simetria, onde um dos principais entraves para alcançar este objetivo é a ausência de harmonia na evolução conjunta do bloco, no qual seus governantes têm visão individual dificultando o desenvolvimento sincronizado.

Cabe ressaltar que existem questões consideradas pendentes no MERCOSUL que devem ser aperfeiçoadas para melhorias em relação a diversos fatores como: na união aduaneira, TEC, livre circulação de pessoas, políticas públicas e desenvolvimento turístico na região.

O futuro do MERCOSUL somente será positivo, caso os entraves forem resolvidos de maneira eficiente, para isso será imprescindível direcionar uma política de integração regional, com objetivo de minimizar as divergências comerciais e desequilíbrios econômicos levando em conta a necessidade de igualdade na competitividade da concorrência, maior investimento em estrutura nos países menos desenvolvidos, direcionando uma politica coerente, sólida e uniforme para, enfim, direcionar os esforços ao alcance do tão desejado mercado comum.

A competição desfavorece qualquer setor da atividade turística, onde as potencialidades individuais devem ser os agentes fomentadores do crescimento

regional; desta forma, o MERCOSUL deve se desprender das desavenças trazidas de épocas anteriores, inclusive é necessário aceitar e respeitar as diferenças culturais, sociais e artísticas; já que, no setor turístico, é clara a percepção de entendimento, evolução e consolidação do bloco como destino internacional. Este avanço só consegue ser reconhecido internacionalmente se os países pertencentes conseguirem se identificar como uma região forte e apta, principalmente com uma identidade regional.

As relações internacionais somente podem ser postas em prática na sua plenitude quando o estudo de temas como cultura, economia, questões sociais e políticas forem entendidas como os verdadeiros elos entre os países, e nesta corrente o turismo encontra condições de expansão, pois converge para a utilização das mesmas fontes.

Quanto aos aspectos econômicos, é de fundamental importância que os países alcancem estabilidade sustentável, baseada em projetos de longo prazo e conhecimento da comunidade internacional, porque o comércio internacional segue um rito mais longo que o mercado doméstico e é na transparência da legislação e na calmaria da política cambial que os elementos necessários da negociação se viabilizam.

Este é o maior obstáculo na evolução do MERCOSUL. O bloco é formado por países que buscam interesses semelhantes, porém são formados por pessoas com interesses diferentes, e as diferenças que devem ser encurtadas são as das pessoas e não dos países.

Quando países optam pela formação de um bloco econômico é porque os mesmos entendem que a união levará a vantagens individuais e coletivas. O primeiro passo dessa união é a definição do escopo que deverá ser atingido, nesse sentido parece que o MERCOSUL ainda focalizou seu alvo. Entretanto devemos reconhecer que, de maneira tímida e lenta, o processo está consolidado.

O potencial turístico do MERCOSUL tem capacidade invejável visto que todos os membros do bloco apresentam potencialidades diferentes e complementares, alcançando a maioria dos fatores que geram fluxo turístico, como por exemplo, região com enorme capacidade agropastoril, praias tropicais e cidades

com clima polar, maior floresta tropical do mundo, quedas d'agua tombadas como patrimônio da humanidade e outros tantos recursos naturais, culturais e artísticos.

Discutir o MERCOSUL não mais como comércio entre os países torna-se indispensável e necessário. Com o foco voltado para uma zona que proporciona possibilidades em inúmeras áreas é que deve o MERCOSUL ser apresentado ao mundo.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda. **Direito Internacional do Turismo.** São Paulo: Editora Senac, 2008.

BARRETTO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 8.ed. São Paulo: Senac, 1997.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **A Chave do Tamanho: Desenvolvimento Econômico e Perspectivas do Mercosul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2004.

GODOY, Arilda S. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas, 1995.

HISSA, Carmina Bezerra. **A Teoria das Relações Internacionais do Processo de Integração do Mercosul.** Disponível em: <http://www.caei.com.ar>. Acesso em: 20 out.2013.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo.** 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JACKSON, R; SORENSENG. **Introdução às Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Jorge Zabar Ed., 2007.

LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo Cesar. **Economia do Turismo.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MCINTOSH, Goeldner e Ritchie. **Turismo – Planeación, Administración y Perspectivas.** México: Editorial Limusa, 2000.

OMT, (2001) **Introdução ao Turismo**. Direção e Redação Amparo Sancho: Traduzido por Dolores Martin Rodriguez Córner. São Paulo: Rocca.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva**. Relações Internacionais.** Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

SOARES, Luís Augusto. **Turismo e Globalização: Algumas Perspectivas.** Revista Gerenciais, São Paulo, v.6, n.1,2007.

WIESENBRON, Marianne, GRIFFITHS. **Processos de Integração Regional e Cooperação Internacional desde 1989.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.